





TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE GÊNERO E SINDICALISMO EM EDUCAÇÃO (2012/2023)


DOCTORAL DISSERTATIONS AND MASTER THESES ON GENDER AND UNIONISM IN EDUCATION (2012/2023)

TESIS Y DISERTACIONES SOBRE GÉNERO Y SINDICALISMO EN EDUCACIÓN (2012/2023)

 **Márcia Ondina Vieira Ferreira**
Doutora em Sociologia

Universidade Federal de Pelotas – UFPel 
Pelotas, RS - Brasil
marciaondina@uol.com.br

 **Luciano Pereira dos Santos**
Doutor em Educação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS 
Porto Alegre, RS - Brasil
proflucianopereiraluciano@gmail.com

 **Alfredo Alejandro Gugliano**
Doutor em Ciências Políticas e Sociologia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS 
Porto Alegre, RS - Brasil
alfredogugliano@hotmail.com

Resumo: O artigo apresenta resultados de um estado da arte sobre gênero e sindicalismo em educação, tomando por referência as teses e dissertações realizadas em Programas de Pós-Graduação em Educação brasileiros, entre 2012 e 2023. Justifica-se o período considerando outro estado da arte realizado, que obteve informações relativas a trabalhos semelhantes publicados entre 1987 e 2011. As bases de dados utilizadas foram: Dados Abertos CAPES e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Em termos de caracterização do estudo, destaca-se a existência de um duplo avanço na produção brasileira sobre os campos de investigação objetos desta análise: os estudos de gênero vêm multiplicando-se geometricamente, ao menos nos últimos 40 anos; e os estudos sobre sindicalismo em educação ganharam um grande impulso desde a consolidação da Rede ASTE (Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação), criada em 2009. Contudo, a interlocução entre esses dois campos ainda é pequena. O artigo, então, procura descrever e discutir as características dos 11 estudos encontrados, sendo oito dissertações e três teses: uma produção majoritariamente de autoria de mulheres (há apenas um pesquisador); orientada principalmente por mulheres (há sete orientadoras e dois orientadores); e voltada a investigar mulheres professoras (há apenas um trabalho sobre a questão LGBT+).

Palavras-chave: gênero; LGBT+; sindicalismo de trabalhadoras/es em educação; trabalho docente.

Para citar - (ABNT NBR 6023:2018)

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; SANTOS, Luciano Pereira dos; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Teses e dissertações sobre gênero e sindicalismo em educação (2012/2023). *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 70, p. 1-21, e27129, jul./set. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n70.27129>

Abstract: The article presents results from a state-of-the-art review on gender and unionism in education, focusing on theses and dissertations from Brazilian Post-Graduation Programs in Education between 2012 and 2023. The period is justified by a previous state-of-the-art review covering similar works published between 1987 and 2011. The databases used were the CAPES Open Data and CAPES Theses and Dissertations Catalog. The study highlights a dual advancement in Brazilian research production in these fields: gender studies have been multiplying geometrically over the last 40 years, and studies on unionism in education have gained significant momentum since the establishment of the ASTE Network (Network of Researchers on Associativism and Unionism of Education Workers) in 2009. However, the intersection between these two fields remains limited. The article elucidates and discusses the distinctive features of the eleven studies identified, comprising eight dissertations and three theses, which were primarily authored by women (with only one male researcher), primarily supervised by women (with seven female advisors and two male advisors), and primarily focused on investigating female teachers, with only one study addressing LGBT+ issues.

Keywords: gender; LGBT+; teaching work; unionism of people working in education.

Resumen: El artículo presenta resultados de un estado del arte sobre género y sindicalismo en educación, tomando como referencia las tesis y disertaciones realizadas en Programas de Posgrado en Educación brasileños, entre 2012 y 2023. Se justifica el período considerando otro estado del arte realizado, que obtuvo información relativa a trabajos similares publicados entre 1987 y 2011. Las bases de datos utilizadas fueron: Datos Abiertos CAPES y Catálogo de Tesis y Disertaciones de CAPES. En términos de caracterización del estudio, se destaca la existencia de un doble avance en la producción brasileña sobre los campos de investigación objetos de este análisis: los estudios de género se han multiplicado geométricamente, al menos en los últimos 40 años; y los estudios sobre sindicalismo en educación han ganado un gran impulso desde la consolidación de la Red ASTE (Red de Investigadores e Investigadoras sobre Asociacionismo y Sindicalismo de los Trabajadores y las Trabajadoras en Educación), creada en 2009. No obstante, la interlocución entre estos dos campos aún es pequeña. El artículo, entonces, procura describir y discutir las características de los 11 estudios encontrados, siendo ocho disertaciones y tres tesis: una producción mayoritariamente de autoría de mujeres (hay solo un investigador); orientada principalmente por mujeres (hay siete orientadoras y dos orientadores); y dirigida a investigar a mujeres profesoras (hay solo un trabajo sobre la cuestión LGBT+).

Palabras clave: género; LGBT+; sindicalismo de trabajadoras/es de la educación; trabajo docente.

1 Contextualização e objetivos do texto

No Brasil, o campo de estudos sobre sindicalismo em educação – que envolve outras formas de organização, como o associativismo docente - tem tido boa presença dentro dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Humanas, conforme nos indicam os levantamentos feitos por Vianna (2001) e Gindin (2009). Vianna resgatou e discutiu sete teses e 47 dissertações entre 1980 e 1996; os números coletados por Gindin foram 18 e 71, respectivamente, entre os anos de 1993 e 2009. Mais recentemente contamos com o artigo de Vaz (2022) que, por sua vez, pesquisando entre 1991 e 2017, também em produtos dos programas da área de humanidades, encontrou 27 teses e 32 dissertações. Vale dizer que esses levantamentos repetem alguns títulos, não sendo possível fazer um simples somatório de seus resultados.

Se o que os aproxima é seu tema, o que os diferencia são as formas e fontes de coleta, bem como o objeto mais preciso que queriam destacar em suas análises. Assim, Vaz (2022) os categoriza conforme seus subtemas, tipos de pesquisa, contexto analisado e referencial teórico de base. Gindin (2009) os analisa para identificar carências na produção e apontar caminhos para superá-las, principalmente aquelas relacionadas com a descentralização política e educacional do país, o que dificultaria a possibilidade de generalizações. Também indica que parte das fragilidades deriva da ausência de uma comunidade consolidada de pesquisadores no campo, circunstância que, em nossa opinião, está sendo superada a partir do fortalecimento da Rede ASTE - Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação, criada em 2009¹.

Dentre as preocupações de Vianna (2001) está presente a existência ou não de reflexão, nos trabalhos, sobre a “importância das relações de gênero na constituição da militância” (2001, p. 108). Frente à pequena produção sobre o tema encontrada em seu levantamento, a autora optou por incluir “tanto os estudos que consideram o gênero como uma categoria a ser incorporada teoricamente na análise, nas suas diferentes concepções, quanto aqueles que apenas mencionam a presença das mulheres na organização da categoria docente” (p. 109). Mesmo assim, do seu total de 54 trabalhos a autora deparou-se com apenas sete a abordar a presença feminina, quatro dos quais somente indicando o perfil da categoria, sem ingressar numa análise de gênero propriamente dita.

Neste sentido, este artigo se propõe a dar continuidade a esse caminho já trilhado e apresentar resultados de um estado da arte sobre gênero e sindicalismo de trabalhadoras/es em

¹ Seu texto, aliás, foi apresentado no seminário inaugural da Rede ASTE.

educação, tomando por referência as teses e dissertações realizadas em Programas de Pós-Graduação em Educação brasileiros, entre os anos de 2012 e 2023. Justifica-se o período levando-se em conta outro estudo (Coronel, 2014; Coronel; Ferreira, 2015), que obteve informações relativas a trabalhos semelhantes, publicados entre 1987 e 2011, comentadas adiante. Cabe assinalar que, diferentemente do que ora trazemos, o estudo anterior realizou sua coleta em Programas de toda a área de Ciências Humanas, mas aqui restringimo-nos aos da Educação considerando o espaço disponível. Foram utilizadas como bases de dados os Dados Abertos CAPES e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Na sequência traremos alguns argumentos que buscam denotar qual a importância das análises de gênero para o campo do sindicalismo em educação, quais os principais enfoques que vêm sendo usados e que alternativas ainda podem ser suscitadas. Na terceira seção, descreveremos a metodologia de construção dos dados para, na continuidade, discutir os resultados propriamente ditos e apresentar nossos comentários finais.

2 Gênero, desigualdade social e sindicalismo em educação

Interdisciplinar, amplo e multifacetado, o campo dos estudos de gênero apresenta um pressuposto: como devem ser e comportar-se as pessoas que nascem sob genitália masculina ou feminina deriva de construções de caráter cultural. A essa ideia pode se associar outro elemento compartilhado por várias teorias feministas: a posição social das mulheres é diferente e desigual em relação à posição dos homens, que sempre apresentam maior poder, embora haja diversidade entre sociedades e contextos históricos.

No estudo ao qual buscamos dar continuidade (Coronel, 2014) foram identificados aspectos comuns e diferenciados nas seis dissertações e duas teses integralmente analisadas, e que mantêm ligação com os pressupostos citados. Comum foi o uso do conceito de gênero na acepção aqui também utilizada, ou seja, referindo-se à construção cultural das diferenças sexuais, cujo alicerce mais específico foi a contribuição de Joan Scott (1995), que influenciou largamente a produção brasileira. De forma explícita ou implícita encontram-se, igualmente, noções de Bourdieu, em especial de “A dominação masculina” (1990), quando as autoras abordam o *habitus* de gênero e a divisão do trabalho como uma divisão sexual do trabalho; ou quando citam situações nas quais é perceptível a delegação, aos homens, de atividades oficiais e de representação. Por fim, pode-se dizer que a produção identificada era de autoria de mulheres, orientadas por mulheres, em especial sobre mulheres professoras e oriunda, com uma exceção, de instituições das regiões Sudeste e Sul.

Como aspectos diferenciados encontramos os enfoques dos trabalhos, todos eles importantes: a ênfase em verificar como o gênero constrói a organização social da militância, destacando formas masculinas e femininas de ser ativista; a pergunta sobre como a socialização de gênero interfere na (suposta) não sindicalização feminina; e a constatação da discriminação e invisibilidade das mulheres nos sindicatos, inclusive no que se refere a suas pautas de reivindicação.

Ao revisar o estado da arte, além de identificar suas características, tentamos precisar suas ausências. Sublinhamos que estudos sobre participação feminina tinham que ter continuidade, mas que esse fenômeno deveria ser focado tendo em vista possíveis atualizações das representações de gênero e das próprias condições de gênero. E indicávamos outros aspectos a serem pesquisados:

... é interessante investir em estudos que vejam o gênero em funcionamento, ou seja, que se resgatem representações de gênero segundo o sexo dos sujeitos; que se relacione as mesmas com as concepções programáticas das organizações docentes; e que se busque compreender como o gênero contribui para as configurações sociais e para a distribuição do poder nas sociedades. De que forma os sindicatos de trabalhadores em educação vêm incorporando as discussões sobre gênero no sindicato e no campo educacional?" (Coronel; Ferreira, 2015, p. 206).

Tais temáticas têm sido abordadas nos estudos que vimos desenvolvendo e naqueles que temos podido apreciar. Se o gênero é uma das categorias centrais para a compreensão da divisão do poder econômico, social e político, é imprescindível que os sindicatos abordem essa discussão nos espaços onde atuam e, mesmo, discutam as próprias práticas sindicais. Nas organizações sindicais, como em toda a parte, imperam diversas hierarquias, a de gênero sendo a mais chamativa.

Com o passar do tempo percebemos que o campo do gênero – incluindo o que se refere a diferentes identidades sexuais - tem se expandido às discussões sindicais, tanto pela criação ou fortalecimento de organismos internos que pensem e elaborem planejamento de atividades e campanhas de luta e divulgação sobre desigualdades, como pelo debate e implementação de cotas de gênero nas equipes diretivas. Isso se coaduna com movimentos internacionais e nacionais pelo fortalecimento de uma justiça de gênero, perspectiva que vem sendo tão atacada pelas investidas do neoconservadorismo.

Finalmente, cabe sublinhar a centralidade do gênero para a compreensão do ofício docente, posto ser este eminentemente feminino. A feminização da docência marca não apenas a história do movimento social de trabalhadoras/es em educação, mas também as próprias revisões do processo de trabalho executadas pelo Estado/patrões. Como já desenvolvido (Apple, 1987; Louro, 2001; Yannoulas, 2011 etc.), a implementação de modificações no

processo de trabalho docente, durante cerca de um século, tem sido sustentada a partir da representação dominante sobre o labor da mulher como complementar ao do homem. Isso influenciaria “a questão salarial, as justificativas para a diminuição da autonomia no trabalho, a perda de reconhecimento da importância social da atividade, e uma possível introjeção, por parte das mulheres e dos homens, do papel secundário do seu trabalho” (Ferreira, 2015, p. 179).

No entanto, embora a importância do gênero para o conhecimento sobre o trabalho docente, e embora os avanços desse debate nas organizações sindicais como um todo (Ferreira et alii, 2018a; 2018b; Santos, 2022), estamos longe de um reconhecimento proativo das causas de gênero. Essas não são consensuais nas organizações. É preciso fortalecer as discussões, realizar atividades de formação entre sindicalistas homens e mulheres e projetar ações para enfrentar a desigualdade, dentro e fora dos sindicatos. Debates sobre práticas e conhecimento de teorias certamente podem colaborar com isso.

3 Procedimentos metodológicos e descrição do corpus para análise

Norma Ferreira (2002) assim define estado da arte:

uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passar a ser analisado (p. 258).

O levantamento que fizemos pretendeu conhecer e comparar a produção realizada em Programas de Pós-Graduação em Educação, entre 2012 e 2023, quanto ao tema gênero e sindicalismo em educação, de forma a tentar perceber seus objetivos, teorias de base e principais resultados. Ao ler, na íntegra, os documentos selecionados, esperávamos poder apreciar o quê, objetivamente, vem sendo elaborado a respeito, considerando, inclusive, a pouca produção presente em alguns dos periódicos mais significativos no âmbito da Educação e dos Estudos de Gênero.

Nesse intento, buscamos dar atenção aos cuidados levantados pela autora citada - quando fala das limitações de estados da arte baseados apenas em resumos -, para quem há dois momentos no processo de elaboração de um estudo desse tipo. No primeiro, quem pesquisa “interage com a produção acadêmica através da quantificação e de identificação de dados bibliográficos, com o objetivo de mapear essa produção num período delimitado, em anos, locais, áreas de produção” (Ferreira, 2002, p. 265).

No segundo momento, o que se faz é resgatar

tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento. Aqui, [o pesquisador] deve buscar responder, além das perguntas “quando”, “onde” e “quem” produz pesquisas num determinado período e lugar, àquelas questões que se referem a “o quê” e “o como” dos trabalhos (Ferreira, 2002, p. 265).

Com essas ideias em mente, na sequência descreveremos o processo de constituição do corpus documental para, na seção 4, comentar as características e o conteúdo dos trabalhos propriamente dito.

Os dados foram produzidos a partir do esquadramento das produções publicadas nos Dados Abertos Capes² entre os anos de 2012 e 2022 (último ano disponível até o momento). Para o ano de 2023, utilizamos o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES³. Para efetuar a varredura nos Dados Abertos, fizemos o download do banco de dados dos anos pesquisados em arquivo formato XLSX – planilhas Excel. Das informações, destacamos: ano, código e nome do Programa de Pós-Graduação, instituição de ensino, título da produção, tipo (dissertação ou tese), área de concentração, linha de pesquisa, palavras-chave, resumo, nome da/do orientadora, nome da/do discente.

Restringindo-nos à área de Educação, filtramos pela aba palavras-chave utilizando descritores relacionados à sindicalismo em educação, conforme a Tabela 1.

² Dados Abertos Capes - <https://dadosabertos.capes.gov.br/>

³ <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

Tabela 1 – Distribuição das produções da Educação que abordam o sindicalismo em educação (2012/2023)

Descritores de sindicalismo em educação	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	Totais por descritor
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	
	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	
Sindicato de trabalhadores em educação	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Sindicato docente	0	0	0	2	0	2	0	1	0	0	0	0	5
Sindicato de professores	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	2	1	6
Sindicato da educação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Sindicalismo de trabalhadores em educação	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	1	2	6
Sindicalismo docente	0	3	1	1	2	5	1	7	5	3	3	3	34
Sindicalismo de professores	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Associação de trabalhadores em educação	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Associação docente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Associação de professores	1	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	4
Organização docente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Total por ano	1	3	2	9	3	9	1	9	7	5	7	7	63

Fonte: Elaboração própria a partir dos Dados Abertos e do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Na sequência, esses 63 trabalhos foram filtrados por descritores relacionados a gênero: gênero, feminismo, mulheres, feminista, relações de gênero, feminização, feminilização, feminina, professoras e trabalhadoras em educação. Nessa varredura encontramos três teses e oito dissertações. Os resultados foram discriminados no Quadro 1.

QUADRO 1 – Dissertações e teses que abordam gênero e sindicalismo em educação – CAPES, 2012/2023 – Programas de Educação

Ano	Autor/a	Título	Nível*	IES	Linha de Pesquisa	Orientador/a
2014	Márcia Cristiane Völz Klumb Coronel	Gênero e sindicalismo docente: uma análise da produção acadêmica na pós-graduação https://repositorio.ufpel.edu.br/handle/prefix/3231	D	UFPEL	Currículo, Profissionalização e Trabalho Docente	Márcia Ondina Vieira Ferreira
2015	Maria da Conceição Fernandes de França	De luta e de letra: a contribuição do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do RN para a formação docente nas vozes das professoras militantes https://www.uern.br/controladepaginas/poseduc-disserta%C3%A7oes-2013/arquivos/3938maria_da_conceicao%E2%80%A1a%C6%92o_fernandes_de_franca%E2%80%A1a.pdf	D	UERN	Formação Humana e Desenvolvimento Profissional Docente	Ana Lucia Oliveira Aguiar
2017	Gláucia Maria dos Reis Silva	Feminismo e classismo: memórias, relações e disputa no Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Estado de Minas Gerais https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6125	D	UFJF	Gestão de Políticas Públicas e Avaliação Educacional	Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos
2017	Adenilde de Souza Dantas	Lentes de gênero sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE) https://ri.ufs.br/handle/riufs/7213	D	UFS	Educação, Cultura e Diversidade	Maria Helena Santana Cruz
2017	Zulma Viviana Lenarduzzi	Generaciones de Profesoras Sindicalistas Argentinas: Fragmentos de Historia (1984-2016) https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5178095	T	UFMG	Docência: processos constitutivos, professoras/es como sujeitos socioculturais, experiências e práticas	Inês de Castro Teixeira
2019	Carmen Beatriz Lübke Ücker	A participação feminina no Sindicato de Trabalhadoras/es em Educação: uma análise acerca do 24º Núcleo do CPERS/SINDICATO https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5645	D	UFPEL	Currículo, Profissionalização e Trabalho Docente	Valdelaine Mendes
2019	Thais Rodrigues Martins	Memórias militantes: a trajetória de Dodora Mota na luta pela educação pública https://www.btdt.uerj.br:8443/handle/1/17053	D	UERJ	História da Educação	Lia Ciomar Macedo de Faria
2019	Karoliny Mendes	A valorização da mulher docente na pauta sindical https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/68715	D	UFPR	Políticas Educacionais	Marcos Alexandre Ferraz
2020	Luciano Pereira dos Santos	Políticas LGBT+ em sindicatos de trabalhadoras/es em educação https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/7584	T	UFPEL	Epistemologias Descoloniais, Educação Transgressora e Práticas de Transformação	Márcia Ondina Vieira Ferreira
2021	Walkiria Olegário Mazeto	A luta sindical tem gênero? As demandas das docentes da rede estadual de educação do Paraná nas deliberações da App-Sindicato https://siga.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=113494&idprograma=40001016001P0&anobase=2021&idtc=1758	D	UFPR	Políticas Educacionais	Andrea Barbosa Gouveia
2023	Adenilde de Souza Dantas	A classe une, o gênero separa: mulheres no comando dos sindicatos da educação e as relações de gênero https://ri.ufs.br/handle/riufs/19146	T	UFS	Educação, Cultura e Diversidade	Maria Helena Santana Cruz

* Dissertação de mestrado ou tese de doutorado.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Dados Abertos e do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

4 Principais características da produção

Embora relativa a um período bem menor (1987/2011 *versus* 2012/2023), nossa coleta levou-nos a oito dissertações e três teses, enquanto o levantamento anterior, quanto à produção em Programas de Educação, resgatou seis estudos. Algumas características se mantêm: uma produção com autoria majoritária de mulheres (há apenas um pesquisador); orientada principalmente por mulheres (há sete orientadoras e dois orientadores); e voltada a investigar mulheres professoras (há apenas um trabalho sobre a questão LGBT+).

O aumento no número de trabalhos, na pesquisa atual, reflete origens geográficas mais variadas. Sudeste (três estudos) e Sul (cinco estudos) continuam com a maior produção – o que expressa a situação da própria pesquisa no país –, mas também contamos com um trabalho proveniente da região norte e dois da região nordeste. São públicas todas as instituições onde foram elaborados os trabalhos. Há três Programas que repetem defesas sobre o assunto, num total de sete trabalhos, o que indica algum grau de investimento na temática.

Quatro dos trabalhos abordam questões variadas. Seis examinam o tema das mulheres em sindicatos pertencentes a redes públicas da educação básica, sendo eles: Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais/Sind-UTE/MG; Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial de Sergipe/SINTESE/SE (duas vezes); Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação/CPERS/RS; e Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná/APP-PR (duas vezes). O sétimo trabalho, voltado à questão LGBT+, também examinou o CPERS/RS e a APP-PR. Todos os estudos fazem uso de uma metodologia qualitativa para construção de seus dados, usando sobretudo análise documental, entrevistas e questionários.

Nossos comentários serão feitos separando os estudos sobre questões variadas daqueles sobre sindicatos em especial, mormente porque, pelo fato de serem todos estes filiados à Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE), queríamos verificar algum grau de similitude nas situações narradas.

4.1 Estudos com questões variadas

Nessa categoria enquadram-se os estudos de: Coronel (2014), França (2015), Lenarduzzi (2017) e Martins (2019). Não comentaremos o primeiro porque isso já foi feito (seção 2), embora caiba sublinhar que é o único que usa apenas corpus documental para a sua

análise. Os três seguintes abordam o tema das mulheres, em contextos e/ou com enfoques diferenciados.

O estudo de França (2015) versa sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública do Rio Grande do Norte/SINTE/RN, filiado à CNTE. Entretanto, tem uma diferença em relação aos demais trabalhos referentes a sindicatos da CNTE, por isso aparece nesta seção: seu objeto é a contribuição do sindicato à formação docente. Só que a autora, na condição de ativista feminista, desenvolve a discussão a partir da perspectiva de mulheres sindicalistas. Por outra parte, usa um espaço muito grande do texto para narrar sua vida e outras mobilizações de mulheres em Mossoró, ou seja, o foco do trabalho não é como o sindicato trata as questões de gênero ou de LGBTQ+, e sim “a formação docente a partir da participação no sindicato e as contribuições deste para a prática docente das professoras em suas rotinas pedagógicas” (França, 2015, p. 124). Em termos teóricos, a autora se sustenta em reflexões sobre gênero e docência, educação e movimentos sociais, formação humana e docência.

A tese defendida na UFMG (Lenarduzzi, 2017) é a única sobre mulheres de outro país. Trata-se da reconstrução da história de vida de sindicalistas docentes argentinas, de diferentes gerações, fazendo com que as vozes delas repercutam, por meio dessa reconstrução, uma ótica de gênero. O relato de si feito pelas mulheres não é orientado por uma reflexão de gênero; é a pesquisadora que as lança nessa aventura. Tendo em conta o androcentrismo dos sindicatos, essa incursão permite vislumbrar aspectos obnubilados da história sindical docente na Argentina. A pesquisa informa sobre a sub-representação feminina nos cargos de poder sindical.

O trabalho é sustentado em categorias provenientes da história das mulheres e do feminismo acadêmico: divisão sexual do trabalho, ética do cuidado, espaço público *versus* espaço privado etc. Da sociologia do indivíduo (em especial Martucelli) ela destaca as provas existenciais e os suportes, de tal maneira que ela foi desenhando as trajetórias, cheias de percalços, desenvolvidas pelas entrevistadas para se tornarem sindicalistas. Em síntese, estas tiveram que superar provas existenciais, como, por exemplo, a articulação entre a esfera pública e a privada e sua atuação num espaço social terminantemente masculino, o sindical. Contudo, as experiências não são idênticas, sendo possível percebê-las conforme o pertencimento geracional. Enfim, o estudo nos convida a refletir sobre a força da interpelação causada pela marca universal masculina do ativismo sindical, mesmo entre mulheres.

A única pesquisa no campo da História da Educação é a dissertação de Thais Martins (2019), que recompõe o curso de vida de Maria das Dores Pereira Mota (Dodora), fundadora

do atual Sindicato Estadual dos Profissionais em Educação (SEPE) - Núcleo Volta Redonda e vereadora pelo Partido dos Trabalhadores (1993/1996). A dissertação não apresenta a palavra-chave gênero posto que assume, desde sua primeira linha, seu encaixe em História das Mulheres, citando Michele Perrot. Seu objetivo é

registrar memórias femininas da política, da luta e da trajetória de vida de uma mulher, professora, militante política e sindical ... num universo social e político de uma cidade operária, sobre a qual discorrem inúmeras pesquisas ... onde, na sua grande maioria, predomina a narrativa masculina (Martins, 2019, p. 11).

Ainda assim, relembra os ensinamentos de Joan Scott quando esta reconstitui a trajetória dos estudos sobre mulheres, com base no critério da igualdade de gênero. Igualmente se baseia nas orientações de Bourdieu, no que se tange à “ilusão biográfica” e à necessidade de recriar trajetórias a partir do contexto vivido coletivamente. E, também, quando fala de questões metodológicas, refere que a “abordagem aproxima-se de referências da concepção histórico-dialética” (Martins, 2019, p. 18).

Agradavelmente bem escrito e documentado, o trabalho se dirige ao gênero quando analisa a feminização da docência e os contatos da personagem principal com o debate feminista, a discussão sobre a opressão masculina e sua resistência a essa opressão. E critica narrativas que desconsideram a presença de mulheres nos movimentos sociais proeminentes numa cidade fortemente sustentada pela metalurgia.

4.2 Estudos centrados em sindicatos específicos

Excetuando a tese de Santos (2020), os seis trabalhos restantes têm várias semelhanças. Primeiro, interessante notar que quase todas as autoras são ou foram ativistas sindicais, elemento citado por Gindin (2009) sobre quem produz dissertações ou teses sobre nosso assunto.

Segundo, ao menos quatro tentam ver se demandas das mulheres estavam presentes nas pautas reivindicatórias: Dantas (2017), no SINTESE; Silva (2017), no Sind-UTE; Mendes (2019) e Mazeto (2021), na APP-PR. As autoras aduzem que o privilegiamento da pauta classista desloca a luta das mulheres para um espaço menos importante. Ainda que haja um crescimento do número de mulheres nas direções sindicais, as questões de gênero são ocultadas, conclusão semelhante à indicada por Lenarduzzi quando fala sobre a força da interpelação masculina, de marca universal, dentro dos sindicatos.

Terceiro, o tema da participação, central nas pesquisas coletadas por Coronel (2014), retorna com força.

Dantas (2017) começa sua dissertação por sua história pessoal, que desde cedo ocorre por dentro do SINTESE. Essa experiência faz com que tenha como alvo

analisar e dar visibilidade às relações de gênero, à construção das identidades das/os sindicalizadas/os do ... (SINTESE), ... considerando os seguintes objetivos específicos:

- Refletir sobre as experiências das mulheres na organização sindical docente, e destacar os caminhos/trajetórias diferentes histórica e socialmente instituídos para as mulheres;
- identificar aspectos que favorecem ou dificultam a participação da mulher na organização sindical;
- analisar como são construídas as identidades de gênero no cotidiano do SINTESE;
- investigar se as discussões de gênero estão sendo incorporadas pelo sindicato (Dantas, 2017, p. 18-19).

Para a autora a participação feminina depende de uma avaliação de custos: o gasto de tempo, os custos emocionais derivados da participação política, as hostilidades enfrentadas, as relações familiares etc. Essas últimas são distintas para homens e mulheres, ajudando na construção de identidades diferentes, embora o machismo de ambos. Afinal, afirma que o sindicato não incorporou a discussão de gênero. Conquanto seja majoritária a presença das mulheres nos cargos de grande relevância, as demandas referentes às lutas de classe imperam.

Em termos teóricos, Dantas cita o materialismo dialético no que tange à compreensão metodológica; e aponta a abordagem de gênero no sentido atribuído por Scott, bem como opera com as categorias de Kergoat e Hirata para a discussão sobre divisão sexual do trabalho.

Dantas também produziu tese de doutorado com o objetivo de “analisar as trajetórias de mulheres líderes sindicais da educação que ocupam ou ocuparam cargos de presidentas nessas instituições, destacando as relações de gênero e a construção de identidades” (2023, p. 27). O estudo faz uma excelente revisão de literatura e levantamentos quantitativos sobre a presença de mulheres em organizações sindicais e avança em sua fundamentação teórica ao estudar o papel da cultura na produção de mulheres e homens e as diferentes perspectivas feministas. Gostaríamos de resgatar suas conclusões em torno da importância da CNTE ao impulsionar atividades de formação e espaços concretos de discussão que permitam o empoderamento das mulheres e de outros grupos subalternizados, política que melhorou a representação feminina, ainda que essa se mostre de forma desigual no território nacional.

Por meio de entrevistas com duas sindicalistas e análise de documentos, em especial teses congressuais do Sind-UTE/MG, Silva (2017) pretende responder às questões: “De que maneira este sindicato tem abordado, em seus documentos, a opressão de gênero e a exploração de classe? Há uma preocupação ... em atender demandas específicas para as mulheres trabalhadoras em suas propostas e ações?” (p. 95).

Esta é a pesquisa que mais diretamente se identifica como vinculada ao pensamento feminista materialista, especialmente pelas referências teóricas das quais faz uso (Heleieth Saffioti, Mirla Cisne, Zuleika Alambert etc.). A autora analisa pontualmente as teses das correntes sindicais para os congressos da entidade entre 1990 e 2015 e entrevista duas militantes de renome dentro da entidade. Como conclusão, Silva considera “as discussões apresentadas ao longo dos congressos realizados pelo Sind-UTE/MG, dentro da perspectiva de gênero, de caráter reformista, não apontando para transformações estruturais da sociedade” (p. 99-100). Já as entrevistadas afirmaram que “a dificuldade do sindicato em propor ações está na incompreensão da importância da luta feminista” (p. 100).

Ücker (2019) se centra na participação, dedicando-se às mulheres representantes de escola no 24º Núcleo do CPERS/RS ao investigar como se constituem em sindicalistas. Há que considerar a importância de pesquisar essas sujeitas, pois essa categoria de representação sindical está composta grandemente por mulheres funcionárias, que possuem menor grau de poder na estrutura escolar. Ademais, a autora entrevistou homens e mulheres, o que lhe forneceu informações relevantes. Logo, apesar da evidência de maior dificuldade das mulheres para participar, quando questionadas/os diretamente sobre diferenças na participação os e as informantes afirmaram que não havia diferença entre homens e mulheres, demonstrando desconforto com a pergunta. Contudo, a autora avança também sobre o processo de intensificação, o adoecimento e a pauperização das e dos trabalhadores em educação no Rio Grande do Sul, mais especialmente neste momento histórico, situação que, do mesmo modo, tem que ser investigada e denunciada.

Teoricamente Ücker se baseia em estudos sobre a categoria gênero e a categoria mulheres, trabalho doméstico e cuidado, feminização e proletarização da docência, arcabouços fundamentais para se compreender as/os trabalhadoras/es em educação.

As duas dissertações seguintes e a tese de Santos referem-se à APP-PR.

Mendes (2019) analisa resoluções de três congressos do sindicato: Congresso X (2007), Congresso XI (2012) e Congresso XII (2017). O corte temporal considerou “o período de consolidação de um leque de políticas de valorização docente: (...) FUNDEB (2006), PSPN (2008) e PNE (2014)” (2019, p. 8). Optou pela APP-PR porque o sindicato possui uma secretaria de gênero e traz em seu estatuto a importância das lutas em torno das diversidades. Seus objetivos foram verificar 1) se a “APP- Sindicato se enxerga nas pautas feministas e em quais medidas essas características de feminização estão vinculadas às atividades do sindicato” (Mendes, 2019, p. 10); 2) “como o sindicato se comporta junto a sua base e perante a demanda por políticas de valorização, tensionando objetivos que contemplem as

necessidades das professoras” (2019, p. 10); 3) observar se a pauta de gênero aparece de forma explícita.

Em termos teóricos o estudo se assenta em concepções sobre gênero, feminização da docência, divisão sexual do trabalho e origem do sindicalismo numa perspectiva classista e distante do debate de gênero. O estudo faz uma análise minuciosa das resoluções, destacando, nas políticas sindicais, se e como as pautas de gênero foram sendo incorporadas. A autora conclui que “o modelo de sindicato de Marx (...) não dá conta mais das necessidades de todos os trabalhadores como indivíduos distintos e diferentes entre si e entre grupos diversificados como: negros, mulheres e grupos LGBTI” (Mendes, 2019, p. 73). Por outra parte, ela percebe que a pauta da diversidade está ganhando relevância na organização sindical.

Já Mazeto (2021) parte da definição da docência como um caso típico de legitimação da divisão sexual do trabalho, apoiando-se em Kergoat e Hirata, entre outras. Apropria-se da noção de gênero vinculada à Scott e identifica os sindicatos como organizações cegas às desigualdades de gênero. Analisa o que seria possível fazer, nesses, para ampliar a consideração das questões das mulheres, citando Delgado. Apresenta uma compreensão da teoria do reconhecimento, segundo Fraser, e alcança a discussão sobre a interseccionalidade e a consubstancialidade, termos que indicam a necessidade de articulação entre diversos eixos de subordinação. Corretamente, percebe que para ser coerente com seu referencial, o aporte da consubstancialidade faz mais sentido. Também usa a noção de campo de Bourdieu para compreender as disputas na produção de políticas públicas. E reconstrói a história da APP-PR segundo uma perspectiva de gênero.

Seu propósito foi verificar “como as disputas internas pela construção da agenda política da APP-PR expressam o debate sobre gênero e fazem parte da pauta dos(as) docentes da rede estadual litigiada com o governo” (p. 18). Para tanto, examinou as pautas de reivindicações e as Resoluções de Congressos e Conferências do referido sindicato entre 2012 e 2020, mas somente no que se refere a docentes da rede estadual (ou seja, excetuando demais trabalhadoras/es em educação e docentes das redes municipais). Em 2012 foi aprovada a cota de paridade de gênero, com um mínimo de 50% para mulheres e de 30% para homens⁴.

O exame das pautas não deixa margem à dúvida. A análise dos documentos demonstra os avanços nas discussões sobre gênero ocorridos durante aproximadamente 10 anos. “No entanto, elas não foram suficientemente sintetizadas para estarem explícitas nos diferentes documentos que a entidade produz na disputa das políticas públicas” (Mazeto, 2021, p. 143).

⁴ Essa informação exemplifica um caso típico da força da representação cultural sobre a superioridade masculina, ao revelar o temor de uma suposta redução numérica de um grupo social sobrerrepresentado, numa categoria em que os homens são absoluta minoria, numa entidade que teve apenas duas mulheres presidentes até a realização da pesquisa. A autora tornou-se a terceira presidente (2022/2025).

Não há consenso suficiente. Há dificuldade de compreensão, por parte de alguns grupos, em relação a pautas de gênero.

Santos (2020) se diferencia das demais pesquisas porque investiga como a pauta de direitos LGBTQ+ se insere na bandeira de lutas dos sindicatos em educação e qual é o processo a ser percorrido para que se torne uma política sindical. Fundamentado nas teorias do reconhecimento de Nancy Fraser, Axel Honneth e Charles Taylor, o autor analisa o percurso dessas discussões no CPERS/RS e na APP-PR. Mas, previamente, apresenta uma análise criteriosa do desenvolvimento das discussões e consolidação das demandas LGBTQ+ enquanto política da CNTE e estabelece quatro estágios pelos quais a luta por reconhecimento precisa atravessar para efetivar-se como política sindical: 1) reconhecimento da demanda; 2) concretização de ações; 3) inserção da pauta nos estatutos e regimentos do sindicato; 4) participação na estrutura organizacional. Por meio do escrutínio de documentos dos sindicatos, bem como análise de entrevistas com dirigentes responsáveis pela condução do debate, o autor conclui que enquanto o percurso da pauta LGBTQ+ no CPERS/RS estava no segundo estágio, na AAP/PR já havia atingido o quarto, configurando-se como política sindical consolidada.

A pesquisa em questão é deveras significativa, por ser a única a analisar as lutas por reconhecimento das identidades LGBTQ+ em sindicatos da educação.

5 Considerações

Embora não represente um número tão expressivo, num universo composto por 63 estudos sobre sindicalismo em educação, as dissertações e teses que aqui resenhamos trazem contribuições muito significativas para compreender o gênero nesse âmbito sindical e a própria situação da pesquisa a respeito.

Em primeiro lugar, destacamos que a preocupação com o gênero continua sendo predominantemente feminina. Por isso, é compreensível que os estudos versem fundamentalmente sobre mulheres e, também, que utilizem principalmente informantes mulheres. Não obstante, precisamos destacar a importância de inserir informantes homens nesse tipo de investigação. Estudos de gênero que usam homens e mulheres como informantes permitem conhecer e vislumbrar melhor a existência ou não de representações de gênero diferenciadas segundo o sexo, bem como examinar mais de perto as relações de poder. Como nos ensinou Joan Scott (1995), informação sobre mulheres é, sempre, informação sobre homens, e vice-versa.

Em segundo lugar, chama a atenção que as investigações, todas, ocorram em sindicatos da educação básica. Uma possível explicação seria que as vivências das professoras desse nível de ensino as motivem a pesquisar o tema em seu próprio ambiente de ativismo, e as façam procurar a pós-graduação como forma de sustentar mais sua formação para o enfrentamento às desigualdades que percebem em suas vidas.

Em terceiro lugar, houve aumento de estudos em regiões – norte e nordeste - onde parece ter havido um avanço da representação feminina nos sindicatos, inclusive em cargos de maior poder. Os estudos de Dantas (2017; 2023), bem como outras referências (Ferreira et al. 2018a; Ferreira, 2023), indicam essa ampliação da representação. Ademais, como todos os sindicatos estudados são filiados à CNTE, e como esta tem buscado implementar políticas mais significativas, tanto de gênero quanto para outros grupos sociais subordinados, pode-se depreender que as organizações de base sofram reflexos dessas políticas. Desde 2017, a CNTE apresenta composição igualitária em sua diretoria executiva, embora a presidência siga a ser um cargo ocupado por homem.

Em quarto lugar, as pesquisas indicam que o campo do gênero, como qualquer outro, é um campo de forças e um campo de disputas para transformar aquele campo de forças (Bourdieu, 2003). Isso significa que, embora nem sempre as disputas estejam explícitas, elas estão ali. E as disputas “realmente” explícitas existem também. O desconforto expresso por informantes quando indagados/as sobre diferenças na participação sindical segundo o gênero, indicado por Ücker (2019), são expressão de uma disputa invisível. Documentos analisados por investigações aqui citadas expressam disputas explícitas em maior ou menor grau, pois, na condição de documentos, já são resultado de enfrentamentos anteriores, que as e os leitores apenas podemos imaginar. Neste sentido, os textos produzidos por pesquisadoras que são, também, feministas e sindicalistas, divulgam sua posição de observadoras participantes. Revelam a produção de um “conhecimento situado”, isto é, contrário ao “conhecimento de nenhum lugar” ou à “perspectiva de parte alguma” (Lowy, 2007).

Em quinto lugar, a existência de trabalhos que abordam temáticas muito semelhantes analisando um mesmo sindicato em períodos semelhantes mostrou-se um achado muito significativo do presente estudo, que não poderemos discriminar suficientemente, em função do espaço disponível: seria preciso comparar mais profundamente os estudos sobre a APP-PR e o CPERS/RS. Especialmente quanto à organização paranaense, um texto comum dos autores seria muito bem-vindo.

Em sexto lugar, é preciso dizer algumas palavras sobre as questões teóricas. Grande parte das autoras referencia-se no materialismo histórico, embora nem todas elas cite

teóricas que se situam neste campo, ou avancem de forma a fazê-lo avançar. Explicando melhor, vários estudos se apropriam do conceito de divisão sexual do trabalho, citam Kergoat e Hirata, mas não alcançam as proposições sobre consubstancialidade e as aplicam em suas pesquisas.

Pelo conceito de divisão sexual do trabalho sabemos que homens e mulheres, enquanto grupos antagônicos divididos pelas relações sociais de sexo (Kergoat e Hirata não costumam utilizar o termo “gênero”), desenvolvem atividades diferenciadas, construídas social e culturalmente, mas fundamentadas em bases materiais, de forma que estabelecem hierarquias entre homens e mulheres. Não são relações complementares, são relações de dominação (Yannoulas, 2011) e, assim como outras formas de divisão do trabalho, não compõem um dado rígido, sendo que novas configurações podem questionar a própria existência dessa divisão (Kergoat, 2009).

Para fazer avançar essa perspectiva, as teóricas dessa linha criaram o termo consubstancialidade, pelo qual buscam problematizar a interdependência entre relações sociais de sexo (gênero), classe e raça⁵. Essa interdependência é compreendida como um nó, algo impossível de desatar nas práticas sociais. Isso só acontece no momento da análise sociológica. Mas Kergoat completa a conceptualização: “as relações sociais são *coextensivas*: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e "raça" se reproduzem e se coproduzem mutuamente” (2010, p. 94). Esse aspecto não é desenvolvido pela maioria dos trabalhos que examinamos. Será preciso investir neste viés de apreciações.

Não obstante, todos os estudos são reflexões sérias, que julgam importante compreender em que medida o gênero e outras categorias determinantes das diferenças entre os seres humanos estão na base de processos de desigualdade social, e seguem atuando ainda que, constantemente, sofram mutações. Esperemos que os sindicatos e as pesquisas nesse campo possam apropriar-se suficientemente das problematizações feitas pelos estudos aqui resenhados.

Referências

APPLE, Michael W. Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 60, p. 3-14, fev. 1987. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1229>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

⁵ Não desconsideramos ou desconhecemos a perspectiva da interseccionalidade, bastante forte na tradição teórica pós-colonial da América; apenas resenhamos um marco conceitual mais acorde com as pesquisas analisadas. Para a interseccionalidade, veja-se, por exemplo: Hollanda, 2019; Kergoat, 2021.

BOURDIEU, Pierre. *Los usos sociales de la ciencia*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. *Gênero e sindicalismo docente: uma análise da produção acadêmica na pós-graduação*. 2014. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpel.edu.br/handle/prefix/3231>. Acesso em: 7 jun. 2024.

CORONEL, Márcia C. V. K.; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Apropriação da categoria gênero em teses e dissertações brasileiras sobre sindicalismo de docentes. In: DAL ROSSO, Sadi; FERREIRA, Márcia O. V. (orgs.). *Sindicalismo em educação e relações de trabalho; uma visão internacional*. Brasília: Paralelo 15, 2015. p. 185-210.

FERREIRA, Márcia O. V. Docência e gênero. COLLING; Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. 1ª reimpr. Dourados: Ed. UFGD, 2015. p. 175-180.

FERREIRA, Márcia O. V. Um estudo sobre feminismos e atuação de mulheres em sindicatos da educação. *D'Generus: Revista de Estudos Feministas e de Gênero*, Pelotas, v. 02, n. 01, p. 03-34, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/dg-revista.v2i1.25198>. Acesso em: 9 jul. 2024.

FERREIRA, Márcia O. V.; ORSATO, Andréia; SANTOS, Luciano Pereira dos; CORONEL, Márcia C. V. K. Abordagem das desigualdades de gênero e diversidade sexual em sindicatos de trabalhadoras/es em educação: o caso da CNTE. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, n. 252, p. 404-428, maio/ago. 2018b. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i252.3398>. Acesso em: 14 jul. 2024.

FERREIRA, Márcia O. V.; ORSATO, Andreia; CORONEL, Márcia C. V. K.; SANTOS, Luciano Pereira dos. Gênero e representação política: um estudo sobre a representação sindical de trabalhadoras/es em educação. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 43, n. 3, p. 681-696, set./dez. 2018a. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v43i3.46058>. Acesso em: 14 jun. 2024.

FERREIRA, Norma. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, Campinas, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>. Acesso em 14 jul. 2024.

GINDIN, Julián. Os estudos sobre sindicalismo docente na América Latina e no Brasil. In: ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOCENTE NO BRASIL - SEMINÁRIO PARA DISCUSSÃO DE PESQUISAS E CONSTITUIÇÃO DE REDE DE PESQUISADORES, 2009, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: IUPERJ/UFRJ/UnB, 2009. p. 1-18. Disponível em: <https://redeaste.irice-conicet.gov.ar/sites/default/files/Gindin.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2024.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 67-75.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 86, p. 93-103, dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>. Acesso em: 14 jul. 2024.

KERGOAT, Danièle. Pensar a complexidade: das categorias às relações sociais. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 34, n. 2, p. 102-116, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/65093/33555>. Acesso em: 14 jul. 2024.

LOURO, Guacira. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: UNESP/Contexto, 2001. p. 443-481.

LÖWY, Ilana. A ciência como trabalho: as contribuições de uma história das ciências feminista. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (orgs.). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: SENAC, 2007. p. 315-338.

SANTOS, Luciano Pereira dos. A pauta LGBTQ+ nas correntes sindicais da CNTE. In: MANCEBO, Deise; FERREIRA, Márcia O. V.; DAL ROSSO, Sadi (orgs.). *Associativismo e sindicalismo em educação e crises do capitalismo contemporâneo*. Jundiaí: Paco Editorial, 2022. p. 191-214.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 14 jul. 2024.

VAZ, Marta Rosane Taras. A produção acadêmica sobre sindicalismo docente: teses e dissertações. *Interfaces Científicas*, Aracajú, v. 11, n. 2, p. 338-353, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2022v11n3p338-353>. Acesso em: 30 maio 2024.

VIANNA, Cláudia. A produção acadêmica sobre organização docente: ação coletiva e relações de gênero. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XXII, n. 77, p. 100-130, dez. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000400006>. Acesso em: 14 jul. 2024.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, Brasília, ano 11, n. 22, p. 271-292, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2011v11n22p271-292>. Acesso em: 23 jun. 2024.

Corpus documental

CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. *Gênero e sindicalismo docente: uma análise da produção acadêmica na pós-graduação*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpel.edu.br/handle/prefix/3231>. Acesso em: 7 jun. 2024.

DANTAS, Adenilde de Souza. *A classe une, o gênero separa: mulheres no comando dos sindicatos da educação e as relações de gênero*. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/19146>. Acesso em: 23 jun. 2024.

DANTAS, Adenilde de Souza. *Lentes de gênero sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/7213>. Acesso em: 7 jun. 2024.

FRANÇA, Maria da Conceição Fernandes de. *De luta e de letra: a contribuição do Sindicato dos Trabalhadores Em Educação Pública do RN para a formação docente nas vozes das professoras militantes*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2015. Disponível em: https://www.uern.br/controladepaginas/poseduc-disserta%C3%A7oes-2013/arquivos/3938maria_da_conceia%E2%80%A1a%C6%92o_fernandes_de_frana%E2%80%A1a.pdf. Acesso em: 7 jun. 2024.

LENARDUZZI, Zulma Viviana. *Generaciones de Profesoras Sindicalistas Argentinas: fragmentos de historia (1984-2016)*. 2019. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5178095. Acesso em: 7 jun. 2024.

MARTINS, Thais Rodrigues. *Memórias Militantes: a trajetória de Dodora Mota na luta pela educação pública*. 2019. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.bddd.uerj.br:8443/handle/1/17053>. Acesso em: 7. jun. 2024.

MAZETO, Walkiria Olegario. *A luta sindical tem gênero? As demandas das docentes da rede estadual de educação do Paraná nas deliberações da APP-Sindicato*. 2021. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=113494&idprograma=40001016001P0&anobase=2021&idtc=1758>. Acesso em: 7 jun. 2024.
<https://siga.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=113494&idprograma=40001016001P0&anobase=2021&idtc=1758>

MENDES, Karoliny. *A valorização da mulher docente na pauta sindical*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/68715>. Acesso em: 7 jun. 2024.

SANTOS, Luciano Pereira dos. *Políticas LGBTQ+ em sindicatos de trabalhadoras/es em educação*. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/7584>. Acesso em: 7 jun. 2024.

SILVA, Glaucia Maria dos Reis. *Feminismo e classismo: memórias, relações e disputas no Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6125>. Acesso em: 7 jun. 2024.

ÜCKER, Carmen Beatriz Lübke. *A participação feminina no Sindicato de Trabalhadoras/es em Educação: uma análise acerca do 24º Núcleo do CPERS/SINDICATO*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5645>. Acesso em: 7 jun. 2024.